



ENSINO PROFISSIONALIZANTE: FERRAMENTA PARA APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E RECURSO ARTICULADOR PARA INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

Ivone Aparecida Ronca Ferreira - UTFPR – ivoneronca@gmail.com

Carlos Laércio Wrasse– UTFPR – carlosl@utfpr.edu.br

Linha de Pesquisa: Educação Profissional

RESUMO

O trabalho teve como objetivo fazer um levantamento do perfil dos alunos dos cursos profissionalizantes da educação profissional na cidade de Cruzeiro do Oeste –Pr., considerando fator motivador e meio de qualificação para a vida produtiva. A sociedade comercial exige que, para um indivíduo se estabelecer no mercado de trabalho é necessário seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo para o alcance dos objetivos pessoais e profissionais, nesse contexto o último é o agente facilitador para a conquista do primeiro. O trabalho abordará também a relação do curso com a permanência do aluno no mercado de trabalho e de que forma isso contribui para seu desenvolvimento enquanto inserido na empresa. A educação profissional é vista como uma forma de ingresso no mercado de trabalho, e isso realmente têm acontecido, haja vista que muitas oportunidades em concursos de grandes empresas estão abrindo muitas vagas para técnicos. A educação profissional é considerada uma possibilidade, tanto como fator de crescimento pessoal, como também e, principalmente, o crescimento profissional.

Palavras chave: educação profissional; aperfeiçoamento; mercado de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a educação profissional torna-se, para muitos que desistiram de estudar a oportunidade em recuperar o tempo perdido, ou,

aqueles que não puderam ou não tiveram essa oportunidade por diferentes motivos, sejam pessoais, financeiros ou outros, voltarem para darem continuidade ou mesmo comecem, e outros ainda, buscam conhecimentos e técnicas para obtenção do aprimoramento profissional pela necessidade pessoal como pelas exigências profissionais. Independente da particularidade de cada indivíduo, o ingresso ou egresso caracteriza a necessidade de atualização em função da demanda e exigência da globalização. Estar preparado ou preparando-se para as mudanças ocorridas no contexto moderno profissional, no qual novas tecnologias e sofisticadas máquinas são incorporadas à produção de produtos e serviços, faz-se necessário o crescimento e aprimoramento profissional para que o indivíduo permaneça no mercado de trabalho.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional congrega as diretrizes da educação profissional que propõe “*que a educação profissional integre-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia*”. Isso quer dizer que o objetivo é preparar indivíduos para os diferentes segmentos do trabalho, considerando, essencialmente, sua capacidade de aprendizado e aperfeiçoamento.

A educação profissional é vista como uma forma de ingresso no mercado de trabalho, e isso realmente têm acontecido, haja vista que muitas oportunidades em concursos de grandes empresas estão abrindo muitas vagas para técnicos. Com base no conteúdo, o trabalho também possui como objetivo, fazer uma análise do perfil do aluno dos cursos técnicos profissionalizantes, considerando-a como meio de qualificação para a vida produtiva, o qual se concretizará através de pesquisa exploratória, baseado em questionário aplicado aos alunos objetivando o levantamento de dados.

A sociedade comercial exige que, para um indivíduo estabelecer-se no mercado de trabalho é necessário seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo para o alcance dos objetivos pessoais e profissionais, nesse contexto o último é o agente facilitador para a conquista do primeiro.

Dessa forma, o referido trabalho possui cunho informativo e reflexivo no sentido de chamar atenção da importância dos indivíduos estarem sempre se atualizando, agregando conhecimentos, acompanhando as novas e modernas demandas exigidas pelo mercado de trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação tem papel fundamental na construção da sociedade, tanto na formação de indivíduos atuantes nessa sociedade, quanto pelo fato de ser o elo em relação à inclusão daqueles que estão fora do contexto produtivo dessa sociedade. A educação é o melhor meio de inclusão desses indivíduos como contribuintes na formação da riqueza do país bem como no desenvolvimento social. Nesse sentido, a educação profissional tem papel fundamental na formação do cidadão para o mercado de trabalho, objetivando atender as demandas e exigências em função da globalização.

A preocupação do Banco Mundial com a educação profissionalizante justifica-se, dentre outros fatores, pela necessidade das economias em desenvolvimento disporem de uma mão de obra flexível, capaz de adequar-se às mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Para o Banco Mundial, o investimento na qualificação dos trabalhadores é tão necessário quanto o maior investimento de capitais em áreas fundamentais ao desenvolvimento econômico. (OLIVEIRA, 2005, p. 94-95).

A educação profissional ou técnica cria profissionais para suprir a demanda da empresa ou de um segmento em particular e isso faz com que esse sujeito de certa forma seja valorizado, haja vista inúmeros concursos de grandes empresas como é o caso da Itaipu Binacional, Petrobras e Copel – Companhia Paranaense de Energia, entre outras, que destina parte de suas vagas para cursos técnico e tecnológico, o que, há uma década não se via muito por exemplo.

Os cursos técnicos existentes no Brasil, que mais adiante serão mencionados, é uma modalidade de ensino que busca suprir a necessidade de pessoas habilitadas com certificação nos mais variados segmentos industriais, automotivos, comerciais e prestação de serviços, com objetivo claro de formação de mão de obra voltado para um mercado diferenciado, formando pessoas eficientes, empreendedoras, produtivas, proativas e competentes. Pessoas que possam fazer a diferença enquanto trabalhadores na era da modernidade.

No Capítulo III, Seção I, o Art. 214 faz referência à formação para o trabalho:

“A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar.
- III - melhoria da qualidade de ensino;
- IV - formação para o trabalho.
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.”

(Constituição da República Federativa do Brasil, Lei nº 9394, de 20.12.1996, p. 42)

Com o intuito de destacar como ocorreu o processo de disseminação da educação profissional no Brasil, o trabalho apresentará de maneira breve as particularidades que a caracterizam como uma educação diferenciada, com um público diferenciado, com currículo diferenciado, enfim.

2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

No Brasil, quando se fala sobre os investimentos na educação, o discurso político é um e a prática é outra, por isso é sabido por qualquer leigo que, o desenvolvimento social e econômico de um país se dá através e pela educação de qualidade e, o que se vê é uma realidade muito aquém do que seria favorável para alcançar um índice bom na educação para que possa surtir efeito no desenvolvimento e crescimento do país como explica:

Assim, ainda hoje, em pleno século XXI, transcorridos mais de quinhentos anos de existência do país, o que se vê é a sobrevivência de um forte resíduo de analfabetismo puro na população, ao lado de sistemas pedagógicos deficientes e incapazes de vencerem os desafios que lhes são postos, pela aspiração nacional em prol do desenvolvimento. SOUZA (2009, p. 17)

O acesso à educação é direito assegurado, segundo a Legislação. Direito de pessoas comuns para que possam participar do processo de civilização. Esse direito permite ao cidadão a escolha por melhorar financeira e intelectualmente desde as mais antigas práticas. A educação profissional acompanha as práticas humanas desde muito tempo, desde quando as pessoas transferiam seus conhecimentos de forma simplista a outrem através da observação, da prática e da repetição na construção de artefatos de caça,

ferramentas e utensílios que facilitassem a vida no dia a dia. (MANFREDI, 2002, p. 33).

No período da colonização, os índios e os escravos foram esses aprendizes do labor “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. (FONSECA, 1961, p. 68). Outra fase da educação profissional data da época em que somente os filhos dos brancos estudavam e passavam por avaliações, certificando o aprendizado adquirido.

Essa prática se consolidou a partir e em função da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no final do século XVIII e com o passar dos tempos espalhou-se pelo planeta. Esse fato causou a necessidade de qualificação de mão de obra para realizar tarefas específicas que antes não existia. Com o aprimoramento e o surgimento da tecnologia, houve também mudanças significativas no setor produtivo e com isso a necessidade de qualificação de mão de obra que fosse compatível com o que era produzido, ou seja, para trabalhar em marcenaria preparava mão de obra para essa função, caso fosse trabalhar em carpintaria, ferraria, tecelagem, por exemplo, preparava-se especificamente para desenvolver determinada tarefa.

No Brasil a educação profissional teve início em 1906 quando da consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, abaixo uma das ações:

- Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis”. (BRASIL, 2010)

Os movimentos a respeito da educação profissional foram ganhando forma e em 1809, com a criação do Colégio das Fábricas pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI (Brasil, 1999 - Parecer n. 16/99-CEB/CNE), que era voltada para a formação de futuros dirigentes, ou seja, formar cidadãos da elite que no futuro pudessem ocupar cargos de direção e mando, dando assim continuidade ao estilo e características de liderança, perpetuando, dessa forma a classe dominante. Poucos anos depois, foi criada a Escola de Belas Artes com o objetivo de aprendizado no campo da ciência e desenhos mecânicos. A partir de 1840 houve a criação dos Liceus de Artes e Ofícios em Ofícios no Rio

de Janeiro em 1858, em Salvador em 1872, Recife em 1880 no Recife; 1882 em São Paulo; 1884 em Maceió e 1886 em Ouro Preto.

Em 23 de Setembro de 1909, o então presidente Nilo Peçanha assina o decreto n. 7.566, dando início ao projeto de formar e dar oportunidades de aprendizado aos mais desprovidos financeiramente em aprender, gratuitamente ofícios que, até então não eram oferecidos pelo governo. A partir desse ato, o Governo Federal criou 19 escolas que ofereciam aprendizado com o objetivo de retirar esses indivíduos da situação econômica a qual viviam, ou seja, somente os menos favorecidos estudavam nessas escolas. Não se vislumbrava, nessa época qualificação de mão de obra, já que, essa necessidade somente foi sentida a partir da Revolução Industrial.

Crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhados para essas casas, onde recebiam instrução primária [...] e aprendiam alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria etc. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio que lhe era entregue no final do triênio. (MANFREDI, 2002, p. 76-77, citado por MACIEL, 2005, p. 31).

Com a Proclamação da República em 1889, houve a necessidade de estruturar um plano de ensino, e os primeiros movimentos se deram através da Reforma Benjamin Constant de 08 de Novembro de 1890. A necessidade de articulação e mudança no ensino se deu em virtude do processo de mudança ao qual o país estava passando. A República exigiria profissionais nas diversas áreas, evento que antes, no regime monarca não existia. A partir desse ato, inúmeras mudanças aconteceram em virtude das necessidades de aprimoramento e aperfeiçoamento que foram surgindo em função do crescimento e desenvolvimento social, político e econômico do país.

Com a industrialização em ritmo acelerado e o crescimento da urbanização a economia do país não estava mais somente na zona rural, mas nas indústrias de manufaturas que se multiplicavam e exigiam mão de obra, foi preciso então formar trabalhadores e as escolas, antes fazendo o que papel de agentes “apaziguadoras” e praticantes de medidas de inclusão passou da teoria para a prática, ou seja, havia necessidade de formar, verdadeiramente e efetivamente profissionais qualificados para os ofícios que antes não existia.

O Estado, então, assumiu o papel de formador de mão de obra e as escolas passaram a trabalhar em sintonia com o crescimento econômico e industrial com o intuito de suprir as necessidades de alavancar o crescimento do país. Esse projeto foi desencadeado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) que no seu Plano de Metas previa investimentos em infraestrutura que possibilitasse significativo crescimento do país. Nessa época a educação recebeu incentivos governamentais pela primeira vez objetivando formar profissionais que fossem treinados para sustentar as metas estabelecidas para o crescimento da economia do país. Nesse período as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais e, em função desse ato as Instituições adquiriram autonomia do ensino, podendo direcionar o aprendizado ao favorecimento dos objetivos estabelecidos pelo país na formação de técnicos compatíveis com mão de obras utilizadas para o alcance dos objetivos estabelecidos para a aceleração do processo de industrialização.

A partir desse período o ensino técnico foi visto de forma diferente em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quando o ensino profissional foi reconhecido como ensino acadêmico como segue:

Art. 2º Os CEFET's têm por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada. (BRASIL, 1978)

Atualmente, os cursos profissionalizantes são ofertados tanto por instituições públicas como é o caso das escolas estaduais com cursos profissionalizantes subsequentes nas mais diversas áreas como: Técnico em Administração, Técnico em Recursos Humanos, Técnico em Informática, com duração de varia entre dois a três semestres e que é objeto desse trabalho, mas, também são ofertados pelo Estado os cursos profissionalizantes com duração de três a quatro meses no Sistema "S" – SENAI, SENAC, SENAR E SENAT, atendendo através do PRONATEC que é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir,

interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.

Fazem parte dessa relação os Institutos Federais disponibilizando ensino técnico e profissional como é o caso do Instituto Federal do Paraná. Dentre as privadas existem ofertas dos cursos profissionalizantes desde que sejam credenciadas e atendam as exigências da Lei.

Segundo a Legislação Brasileira, especificamente a Lei Federal nº 9394/96,1 a Lei Darcy Ribeiro de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pontua:

O principal objetivo da educação profissional é a formação para o exercício de uma profissão, com o aprendizado de saberes ligados aos diversos exercícios do trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações. (BRASIL, 1996)

A partir da LDB, concretiza-se a educação profissional como modalidade de ensino na formação de profissionais nos mais diversos segmentos com objetivo de interiorização, dando oportunidades nas mais variadas localizações e regiões do território brasileiro, na qualificação e aprimoramento profissional para aqueles que desejassem atualização no desenvolvimento das técnicas já empregadas em seu trabalho, ou em outro segmento que pudesse oferecer a esse indivíduo a busca de novas carreiras.

2.3 ENSINO TÉCNICO NO ESTADO DO PARANÁ

Segundo informações do site do Ministério da Educação da Educação e Secretaria da Educação do Estado do Paraná, as escolas públicas do estado ofertam duas formas de ensino técnico: integrado e subsequente. O integrado é destinado aos alunos egressos do ensino fundamental e o segundo destinado aos egressos do ensino médio.

Os cursos Técnicos Subsequentes, segundo informações obtidas no site da Secretaria da Educação estão distribuídos nas áreas relacionadas abaixo.

Quadro 1 – Eixos dos Cursos Profissionalizantes no Estado do Paraná

EIXO	OBJETIVO
Ambiente e Saúde	Eixo Tecnológico associado à melhoria da qualidade de vida.

Gestão e Negócio	Eixo Tecnológico está relacionado na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações.
Infraestrutura	Eixo Tecnológico está relacionado com a construção civil e ao transporte.
Produção Industrial	Eixo Tecnológico está relacionado aos processos de transformação de matéria-prima.
Apoio Educacional	O Pro Funcionário habilitação compatível com a atividade que exerce na escola.
Hospitalidade e Lazer	Eixo Tecnológico está relacionado entretenimento e interação.
Produção Alimentícia	Eixo Tecnológico industrialização de alimentos e bebidas.
Recursos Naturais	Eixo Tecnológico está relacionado à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira.
Controle e Processos Industriais	Eixo Tecnológico está relacionado com as tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos.
Informação e Comunicação	Eixo Tecnológico estão relacionados com à comunicação e processamento de dados e informações.
Produção Cultural e Design	Eixo Tecnológico está relacionado com representações, linguagens.
Segurança	Compreende tecnologias, infraestruturas e processos direcionados à prevenção, à preservação e à proteção dos seres vivos.

Fonte: Organização do autor, 2015.

Percebe-se que os eixos tecnológicos dos cursos profissionalizantes ofertados pelo Estado do Paraná são variados, abrangendo diversas áreas e, com isso, possibilitando o futuro educando escolher, dentre eles, aquele que mais se aproxima dos seus interesses seja pessoal ou profissional e características de perfil, fatores importantes para o sucesso da profissão escolhida. Cada eixo destina-se a um segmento específico objetivando suprir necessidades demandadas por cada região ou localidade. Em Cruzeiro do Oeste ao qual se baseia o referido estudo, oferta os cursos Técnicos em Administração, Técnico em Recursos Humanos e o curso Técnico em Informática como seguem:

Quadro 2 – Eixos Tecnológicos ofertados em Cruzeiro do Oeste –Pr.

Téc. Administração	O Técnico em Administração executa as funções de apoio administrativo
Téc. R. H	O Técnico em Recursos Humanos executa rotinas de departamento de pessoal.
Téc. Informática	O Técnico em Informática estará apto para desenvolver programas de computador e linguagens de programação.

Fonte: Organização do autor, 2015.

Segue abaixo informações detalhadas e atualizadas, bem como alunos matriculados e frequentes dos cursos técnicos subsequentes ofertados pelo Colégio Estadual Almirante Tamandaré da cidade de Cruzeiro do Oeste.

Quadro 3 – Cursos Técnicos ativos ofertados em Cruzeiro do Oeste –Pr.

Curso	Semestre	Situação	Alunos
Técnico em Administração	Segundo semestre	Ativo	12
Técnico em administração	Terceiro semestre	Ativo	13
Técnico em Recursos Humanos	Segundo semestre	Ativo	25
Técnico em Informática	Segundo semestre	Ativo	18

Fonte: Organização do autor, 2015.

A base do estudo será focado nas turmas citadas no Quadro 3. As informações referem-se ao momento atual, não considerando turmas ou outros cursos que porventura tenham sido ofertados em outras épocas. Também é importante informar que na escola citada há o ensino médio integrado que aplica o mesmo eixo tecnológico e as mesmas condições, mas, como não é base para o presente estudo, não serão caracterizados nesse trabalho.

No município de Cruzeiro do Oeste há predominância do comércio como sendo uma das maiores fontes de oferta de trabalho. Com exceção de algumas indústrias na região que absorvem grande parte da força de trabalho, mas essas estão diretamente relacionadas ao chão de fábrica, ou seja, nos postos das áreas administrativas e comerciais há baixa rotatividade e com isso esse indivíduo que está se reciclando, na maioria das vezes, acaba por desenvolver tarefas operacionais ligadas diretamente a produção e não a área intermediária das empresas contratantes, que é seu objetivo quando buscou um aperfeiçoamento nos cursos profissionalizantes.

2.4 EMPREGABILIDADE E EDUCAÇÃO

Não vai longe a época em que um cidadão para entrar no mercado de trabalho necessitava apenas saber um pouco de informática e ter concluído o ensino médio, às vezes até conseguiam uma colocação bem vantajosa, principalmente no quesito remuneração quem dominava essas técnicas. Não demorou muito para que esse panorama mudasse, isto é, a exigência do mercado quanto à qualificação profissional surgiu num ritmo acelerado,

demandando a necessidade de reciclagem, investindo em cursos que possibilitassem uma inserção no mercado de trabalho de maneira mais rápida.

Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em entrevista para a Revista Info Exame em 18/06/2014, fala da falta de qualificação de mão de obra da população brasileira, principalmente no tocante a indústria, destaca que 65% das indústrias brasileiras enfrentam falta de qualificação dos seus trabalhadores. Na Revista Mercado – Edição 41 de Abril de 2011 cita a sobra de vagas em virtude da falta de profissionais, apontando que há interesse dos trabalhadores, mas o que falta é qualificação,

Nos dias atuais, o estímulo do governo quanto à qualificação de mão-de-obra cresceu muito. Os cursos profissionalizantes oferecidos são muitos e estimulou a preparação para o mercado de trabalho nos diferentes cursos pós-médios oferecidos pelo governo. Isso se deu em função das exigências do mercado de trabalho, pois, o indivíduo não precisa saber somente a técnica, necessita também ser detentor de outras características, como dinamismo, comprometimento, assiduidade, iniciativa e, principalmente pró-atividade. Essas características aliadas à prática podem fazer um diferencial considerável no processo de empregabilidade quando associado à educação, já que, empregabilidade é a capacidade do indivíduo manter-se ou reintegrar-se no mercado de trabalho, por isso a necessidade de reciclagem e aperfeiçoamento e, isso se dá através e pela educação.

A revolução tecnológica têm imposto à educação a responsabilidade de cumprir novos desafios em virtude das exigências apresentadas pelas empresas quanto à formação profissional de seus colaboradores, em função de sua própria permanência no mercado globalizado. Por um lado encontram-se trabalhadores imbuídos da necessidade de permanecerem empregados e, em função disso buscam os bancos escolares para “reparar o prejuízo” ou reciclar-se para alcançarem melhores postos de trabalhos que surgem por causa das mudanças e modernização ocorridas. Por outro lado, professores que, não enxergando essas necessidades por não serem treinados, capacitados nem orientados para a prática dessa modalidade de ensino, condição necessária para relacionar conteúdos estabelecidos pela educação em detrimento de conteúdos necessários para a formação aos quais esses alunos estão

buscando para manterem-se colocados no mercado de trabalho, como destaca o autor:

Seriam os problemas encontrados na educação os responsáveis pela inadequação dos profissionais que necessitam estar aptos a conviver com tecnologias que buscam uma especialização flexível? Ou estaria na escola a solução para tais dificuldades? O sistema educacional, ultimamente, tem sofrido duras críticas e as avaliações têm mostrado os focos dessas. Se por um lado as ciências que focalizam o ambiente do trabalho, os valores, os anseios e as expectativas dos educadores não são completamente atendidos, por outro os educadores não possuem ou não recebem informações exatas a respeito da real situação do ambiente de trabalho e das profundas transformações pelas quais vem passando o sistema produtivo. (KYRILLOS 1998, P.11)

Nesse impasse entre as exigências do mercado profissional entre novas e velhas tecnologias e sua preparação nos bancos escolares, ASSIS (1994, p. 195) destaca o indivíduo, enquanto trabalhador e agente produtivo, a necessidade de conhecimento prático e científico abrangentes para que o processo produtivo em ritmo favorável para a empresa.

A questão então envolve, nem só a educação/ensino e professores, mas também esse aluno que, por um motivo ou outro busca conhecimentos específicos, não só técnicos, mas também a possibilidade de desenvolver conhecimentos conceituais com objetivo de aperfeiçoamento para manter-se “conectado” e atento ao mundo globalizado e, com isso, acabam por tornarem-se um empreendedor ao ponto de buscar sua própria formação intelectual e profissional no exercício de sua profissão.

Com base no exposto, podemos dizer que, ao ensino profissional cabe a prática do fazer. Aos alunos o compromisso do desenvolvimento e aperfeiçoamento para atuarem nas diversas e diferentes áreas, aos educadores a busca de forma diversificada para alcançar objetivos na aprendizagem que diferem do ensino médio já que, o público dos cursos profissionalizantes são indivíduos vindos do ensino médio e uma grande percentagem dos já inclusos no mercado de trabalho, buscando melhor qualificação na área em que atuam ou até mesmo como forma de crescimento no âmbito empresarial, não só pela necessidade individual, mas também pela exigência das empresas em profissionalizar colaboradores para tempos modernos de automação e, por fim, o compromisso e efetivamente a ação dos

governos federais e estaduais no oferecimento de condições dignas de atuação ao docente que é a veia condutora para que o aluno alcance seus objetivos.

Nesse contexto os educadores são atores fundamentais no processo de aprendizagem, principalmente quando estão engajados na formação profissional, e Sacristán (1998) menciona a importância no conteúdo da aprendizagem quando fala que: “Sem conteúdo não há ensino, qualquer projeto educativo acaba se concretizando na aspiração de conseguir alguns efeitos nos sujeitos que se educam”. Essa busca de ambos não deve ser de mão única, pelo contrário, o educador precisa perceber a necessidade do educando, principalmente daqueles egressos que “correm” contra o tempo “perdido” na ânsia de recuperá-lo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação profissional é vista como uma forma de ingresso no mercado de trabalho, pois foi criada para suprir as necessidades demandadas pelo mercado empregador operacional e isso realmente têm acontecido, e exemplo disso são as grandes empresas oferecendo diversas vagas em concursos para variadas especialidades em formações técnicas, como é o caso da Copel, Sanepar, Petrobras, Hidrelétrica de Itaipu, entre outras.

Com o aprimoramento e o surgimento de novas tecnologias, ocorreram expressivas mudanças no setor produtivo, como as máquinas melhores equipadas possibilitando aumento da produção, treinamento na área de recursos humanos incrementa a produtividade, automação no auxílio da redução de custos e na melhoria da qualidade, enfim, a inovação contribui em muito para a melhoria na qualidade do produto e/ou serviço, na competitividade pela otimização do tempo, na reestruturação e dinamismo no gerenciamento dos recursos disponíveis, sejam eles, humanos, materiais, financeiros ou estruturais para o alcance dos objetivos.

Nesse contexto as empresas como atores empregadores buscam, tanto internamente, através do aperfeiçoamento de seus colaboradores, ou externamente, através de novos indivíduos que ingressam na empresa e que possam efetivamente somar no sentido de colaborar e contribuir para o crescimento e permanência da empresa no mercado atual exigem desses

indivíduos, formações específicas para suprir as necessidades da mesma quanto ao compromisso em estar estudando para melhorar sua condição, não só individual, mas enquanto colaboradores.

A investigação sobre as possíveis oportunidades conseguidas no mercado de trabalho em função dos cursos profissionalizantes, bem como a permanência do indivíduo no mercado de trabalho por estar cursando um curso técnico profissionalizante foi analisada através de questionário, com dados catalogados e apresentados abaixo.

Para o levantamento dos dados foi utilizado questionário aplicado no Colégio Estadual Almirante Tamandaré, localizado na cidade de Cruzeiro do Oeste estado do Paraná nas turmas (quadro 3), totalizando 68 (sessenta e oito) alunos. Em todas as turmas os alunos estão matriculados e frequentes.

Na questão 1 que se refere a idade dos alunos frequentadores dos cursos técnicos profissionalizantes subsequentes de Cruzeiro do Oeste está, 35 deles estão entre 16 e 20 anos, representando 51 %, prevalecendo os jovens. Encontra-se, porém alunos com idades acima de 25 anos que estão retornando aos bancos escolares no intuito de atualização por exigência do mercado de trabalho.

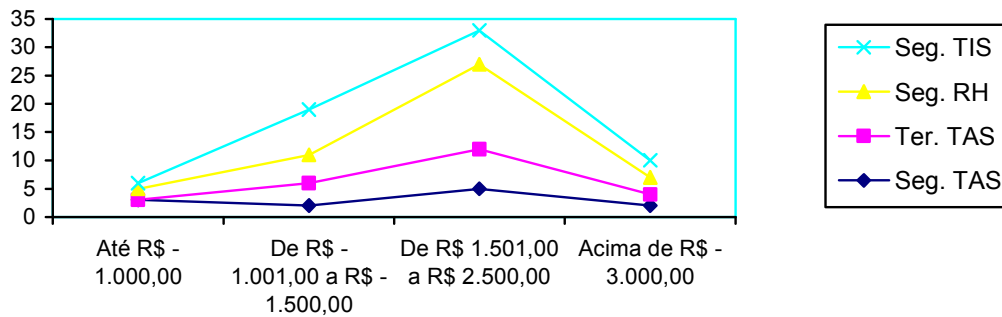
Quando perguntado em relação ao gênero na questão 2, observa-se que 58%, ou seja, 40 dos assentos escolares nos cursos técnicos estudados em Cruzeiro do Oeste são ocupados pelas mulheres.

Ao perguntar sobre o grau de instrução na questão 3, nenhum dos alunos que responderam ao questionário cursou um curso tecnológico, mas, em contrapartida 4 (incluindo os quatro cursos estudados) já cursaram um curso superior, totalizando 17%. Já os cursos técnicos subsequentes uma porcentagem significativa já vem de outros cursos no mesmo colégio, ao todo 47% estão cursando o segundo ou terceiro curso técnico. Outros 36% disseram que não pretendem cursar ensino superior ou não possuem recurso para cursar ensino superior então cursam mais um curso técnico.

Perguntado sobre a renda familiar na questão 4, dos estudantes que responderam 78% deles estão enquadrados com renda familiar entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.500,00. O resultado, segundo eles, é inviável concorrer a uma vaga para cursar ensino superior, já que, na região a maioria das universidades que oferecem cursos superiores para suprir a demanda na formação de

profissionais nas áreas disponibilizadas pelas empresas da região, são instituições privadas e, nas públicas eles alegam que a concorrência é muito grande e não têm chances de ingresso. Salvo alguns que possuem uma mentalidade proativa e que se destacam pelo interesse em concorrer a uma vaga dessas, estudam em casa com apostilas cedidas por colegas e até mesmo adquiridas nas bibliotecas públicas, vem de encontro ao trecho da música escrita por Geraldo Vandré "... quem sabe faz a hora, não espera acontecer..." aqui empregada no sentido exato do contexto estudado.

GRÁFICO 1 – RENDA FAMILIAR



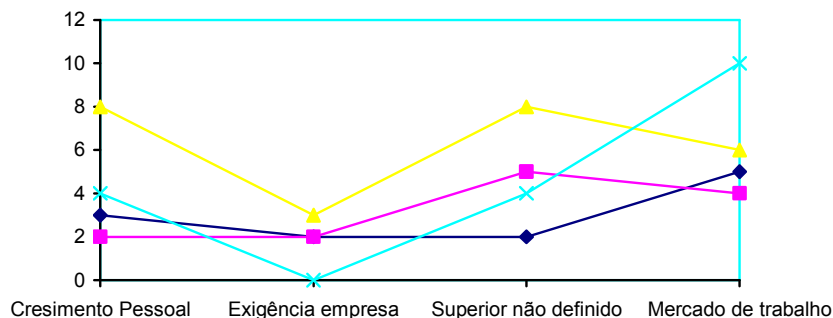
Fonte: Dados colhidos pelo autor, 2015.

A questão 5 refere-se quanto a motivação na busca por um curso profissionalizante. As repostas foram variadas conforme mostra gráfico abaixo. Dos alunos questionados, 38% correspondente a 26, dizem que a busca pelo ensino profissionalizante se deu em função do mercado de trabalho estar dinâmico e é necessário se atualizar. Já para 19 deles, ou seja, 29% está no ensino profissionalizante porque ainda não decidiu qual curso superior fazer, outros 10% responderam que é por exigência da empresa e outros 23% em função de crescimento pessoal, alegando que cursos profissionalizantes oferecem base em diferentes setores como recursos humanos, no tocante a interação, relacionamento pessoal, comportamento organizacional, trabalho em equipe, entre outros, características de perfil primárias e importantes em relação à contratação de profissionais no mercado atual.

Alguns informalmente alegam que as empresas contratantes na região não incentivam muito, - pelo contrário, às vezes se torna até um fator restritivo

na contratação, - a busca pelo estudo em função das empresas praticarem uma carga horária diferenciada, trabalhando três ou quatro turnos de seis horas e dificultando dessa forma a permanência dos estudantes todos no mesmo horário. A empresa alega que precisa de pessoal em horário noturno também e se estudar não há possibilidade em permanecer na empresa.

Gráfico 2 – Motivação na busca pelo curso



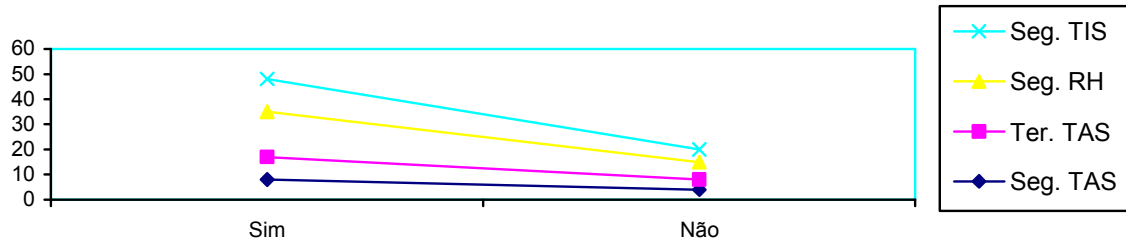
Fonte: Dados colhidos pelo autor, 2015.

A questão 6 se refere à preferência por um curso técnico e não superior. Nesse quesito, 42%, que corresponde a 29 alunos, alegam que não há recurso financeiro disponível no momento para buscar ensino superior. Os que não definiram ainda um curso superior são 29% e os demais, ou é pela exigência do mercado local ou por achar que os cursos profissionalizantes superam as expectativas comerciais de empregabilidade para a cidade.

A questão 7 se refere o fato da inserção no mercado de trabalho ter sido facilitado em função do curso profissionalizante. Dos alunos que estão inseridos no mercado de trabalho, 70%, ou seja, 48 alunos acreditam que o curso possibilitou sua colocação no mercado de trabalho em virtude de vários fatores que eles mesmos justificaram, dentre eles, a reciclagem, possibilitando ideias novas e novos comportamentos, modelos diferenciados de gerenciamento acompanhando a atuação das grandes empresas, principalmente na área de tecnologia de informação e, nesse quesito enquadra-se o Técnico em Informática Subsequente, maximização do tempo e gerenciamento das informações. Aos que responderam não, cerca de 30%,

justificaram que ainda não estarem inseridos no mercado de trabalho porque pai ou mãe dizem que primeiro precisa estudar, porque ainda não foi procurar trabalho ou ainda porque acha que não precisa trabalhar, segundo eles.

Gráfico 3 – INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO



Fonte: Dados colhidos pelo autor, 2015.

A questão 8 refere-se aos pontos positivos e negativos dos cursos técnicos profissionalizantes. Aos estudantes que responderam o questionário dos quatro cursos estudados, nota-se que aos que compõe o Técnico em Informática, a fala é muito parecida quanto aos pontos fortes, sendo um curso com muitas aulas práticas voltadas ao cotidiano das pessoas e das empresas, sendo de muita importância no atual contexto econômico. O ponto fraco desse curso são as condições dos laboratórios de informática que se encontram sem possibilidade de uso em função da falta de recurso para a manutenção e também por falta de interesse dos próprios alunos e de professores nos períodos matutinos e vespertinos com os cuidados necessários para a manutenção e cuidado com os equipamentos.

No curso Técnico em Administração, segundo e terceiro semestre e no segundo semestre do Técnico em Recursos Humanos, os pontos fortes são as questões comportamentais, administrativas e comerciais que são abordadas nas disciplinas, que estão sempre atualizadas com a realidade do mercado atual. Essa dinâmica possibilita uma comunicação mais clara e eficaz com a empresa aos que estão inseridos no mercado de trabalho. Também citaram a importância dos professores, na maioria, serem especialistas nas áreas em que lecionam, dando mais credibilidade e dinamismo as aulas, buscando relacionar, de maneira clara, a teoria dos livros a realidade das empresas.

Os pontos fracos abordados por eles nesses cursos é a desistência que um fator desmotivador aos que permanecem da quinta aula no curso de Recursos Humanos, alega que é muito cansativo já que são os únicos que ficam na ala do profissionalizante, e também reclamaram dos laboratórios, pois quando precisam não há possibilidade em fazer uma pesquisa em virtude das condições precárias as quais se encontram os equipamentos, já que, a maioria trabalha e não tem tempo para fazer durante o dia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil tem sua história sendo construída há 100 anos. Inicialmente suas atividades eram voltadas como medidas de inclusão das classes menos favorecidas, facilitando e dando oportunidade de aprendizado a uma camada da sociedade que vivia a margem da sociedade. Com o passar dos tempos, a educação profissional tornou-se uma modalidade de ensino e uma ferramenta de acesso às conquistas pessoais e profissionais, pois surgiu relação com as questões científicas e tecnológicas em virtude do crescimento do país, da demanda por mão de obra e da necessidade de melhor colocação no mercado de trabalho.

Paralelamente a isso, o avanço da tecnologia aliada à automação e modernidade nas grandes indústrias e corporações, houve também a necessidade de reciclagem por parte dos que estavam inseridos no mercado de trabalho. Acompanhar essa evolução tecnológica se fazia necessária para que não houvesse perda de colocação no mercado. Essa exigência veio ao encontro das empresas e, muitas apoiaram, incentivaram e contribuíram para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do seu quadro de colaboradores, com isso houve desenvolvimento não só no país, mas a mudança e crescimento também ocorreram a níveis regionais e locais.

A evolução nesse sentido não é alcançada se não houver o incentivo por parte do governo na formação escolar desses indivíduos. Sabe-se que muitas mudanças ocorreram na intenção de melhoria do ensino, mas pouco se viu concretamente acontecer. Infelizmente nosso país está longe de ser um exemplo de educação. É triste porque o futuro e desenvolvimento de um país se dão por e através da educação.

O ensino profissionalizante veio também para “formar” trabalhadores e não pensadores. Talvez esteja aí o nosso atraso. Pensadores provocam dissabores, questionamentos, dão trabalho. Empresas e governo não pretendem acolher esse tipo de indivíduo. Pensadores se destacam e provocam mudanças tão significativas que podem ameaçar. Professores pensadores podem transformar o futuro de seus alunos, da mesma forma que um dia foi transformado. Se não há recursos nem equipamentos modernos necessários nas escolas é possível improvisar para que esse aluno aprenda pensar para que possa fazer a diferença na vida de seus filhos e de seus próximos.

A responsabilidade não está somente nas políticas públicas, estão também na responsabilidade do professor quando assumiu seu papel de educador, porque, a um educador não é necessário um giz, pelo contrário, um educador cada um pode ser, até mesmo o aluno, desde que queira de fato fazê-lo. Está no comprometimento do aluno em estar interessado e disposto em aprender e internalizar e, em seguida modificar, melhorar, contribuir, valorizar, edificar, transformar em ação para que reverta em coisas boas em benefício da sociedade.

Portanto, deixo aqui a mensagem de Paulo Freire sobre o ensino. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. **A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias: Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 3.ed.Petrópolis: Vozes, BRASIL, Lei 9394/96

BRASIL. MEC. **Educação profissional numa sociedade sem empregos**. Cadernos de pesquisa, nº 109,

BRASIL. MEC. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, DF: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. Brasília, 2009.

Constituição Federal de 1988.

KYRILLOS, S. L. **Empregabilidade e Educação Para Empreendedores**. Disponível em:<<http://www.cefetsp.br>>. Acesso em: 21 Jun.. 2015

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

GIMENO SACRISTÁN.J, **O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática** 1998.

OLIVEIRA, Dalila A. **Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes**. Educação & Sociedade. Campinas, , v. 26 nº 92, out.2005

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Ensino Profissionalizante no Paraná. Aspectos históricos, legais e pedagógicos**. Editora Unicentro. 2007.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **A educação profissional no estado do Paraná: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba. SEED, 2005.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Educação Profissional. Legislação Básica**. Curitiba. SSED, 2004.